



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado  
em 17.02.2017 entre o Tribunal de Justiça do  
Estado do Ceará e o Município de Horizonte –  
CE. (PROC. ADMINISTRATIVO Nº 8508603-  
26.2020.8.06.0000)**

**AD2/CV Nº 111/2017**

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado Primeiro Conveniente, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira e o **MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE**, com sede na Av. Pres. Castelo Branco, nº 5100, Bairro Centro, em Horizonte/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 23.555.196/0001-86, doravante denominado Segundo Conveniente, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Francisco César de Sousa, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO** ao Convênio, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

O presente Termo fundamenta-se no art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no despacho da Secretária de Gestão de Pessoas do TJCE, constante no processo acima epigrafado.

**Cláusula Segunda – Do Objetivo**

Constitui objetivo deste Termo alterar a Cláusula Quinta do Convênio que tem por objetivo *estabelecer um sistema de cooperação entre o TJCE e o Município de Horizonte/CE, visando oferecer condições que compatibilizem os altos interesses da Justiça e da sociedade por meio da cessão de estagiários e servidores municipais*, que passa a vigorar

AD2/CV Nº 111/2017

1



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

com a seguinte redação:

*"Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros*

*Os servidores do Município de Horizonte – CE cedidos ao Tribunal de Justiça do Ceará – TJCE receberão a remuneração mensal pelo órgão/entidade de origem, inclusive as vantagens remuneratórias fixas e de caráter pessoal.*

*§1º - O Poder Cedente remeterá mensalmente ao cessionário a relação dos servidores cedidos com suas respectivas fichas financeiras demonstrando os valores a serem ressarcidos pelo Poder Cessionário, conforme parágrafo a seguir;*

*§2º - Caberá ressarcimento pelo órgão cessionário somente quando o servidor for cedido ao TJCE para ocupar Cargo em Comissão cuja simbologia for DAE-1, DAE-2 ou DAE-3, devendo ser observados os limites e regras contidos no inciso III e parágrafo único do art. 16 da Resolução do Órgão Especial nº 21/2017. O ressarcimento será realizado até o 10º (décimo) dia útil de cada mês e os valores deverão ser depositados no Banco do Brasil, Agência 4554-3, Conta Corrente 20.033-6, em nome da Prefeitura Municipal de Horizonte;*

*§3º - O ressarcimento de que trata o parágrafo anterior será acrescido do percentual de 17,45% (dezesete vírgula quarenta e cinco por cento) sobre a remuneração mensal do cargo/função do servidor cedido, em favor do Fundo Municipal de Seguridade Social – FMSS, na forma descrita no parágrafo anterior;*

*§4º – Os efeitos dessa alteração deverão retroagir a 13.12.2019.*

**Cláusula Terceira — Da Ratificação**

AD2/CV Nº 111/2017

2



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original que não colidirem com as ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobreditas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 07 de Outubro de 2020.

---

**Washington Luis Bezerra de Araújo**  
**DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO**  
**CEARÁ**

---

**Gládia Santos Teixeira**  
**SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE**

---

  
**Francisco César de Sousa**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE/CE**

Testemunhas: \_\_\_\_\_

---

AD2/CV Nº 111/2017

3